Arrecadação de impostos ultrapassa R$ 100 bi em MG

TRIBUTOS Marca foi atingida com 140 dias de antecedência neste ano, segundo dados do Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo

MARCO AURÉLIO NEVES

A arrecadação de Minas Gerais superou R$ 100 bilhões em tributos federais, estaduais e municipais em menos de 140 dias. É o que mostra o Impostômetro da Associação Comercial de São Paulo (ACSP). A ferramenta mede em tempo real os valores pagos pelos contribuintes aos governos, contabilizando impostos, taxas e contribuições, incluindo as multas, juros e correção monetária.

Especialistas apontam que o desempenho econômico acima das expectativas e aumento de tributos estaduais contribuíram para a arrecadação crescer. Além disso, em busca de alcançar a meta fiscal deste ano, o governo federal pode aumentar ainda mais a arrecadação com maior eficiência no recolhimento dos tributos.

Até quinta-feira (6), eram mais de R$ 116,3 bilhões em impostos arrecadados em Minas Gerais em 158 dias no ano. No período analisado, o valor foi o terceiro maior entre todas as unidades federativas e representou 7,05% do total recolhido nacionalmente (R$ 1,57 trilhão). À frente ficaram: São Paulo, com R$ 561 bilhões (37,39%), e Rio de Janeiro, com R$ 214,5 bilhões (13,78%).

A marca mineira de R$ 100 bilhões foi alcançada no dia 13 de maio. São 30 dias de antecedência em comparação a 2023. No exercício passado, havia sido recolhido R$ 84,2 bilhões até esta mesma data. Ou seja, de um ano para o outro, o recebimento estadual de tributos aumentou 19,3%.

Se a arrecadação de impostos em Minas Gerais atingiu essa evolução, no Brasil ocorreu praticamente o mesmo movimento: com 31 dias de antecedência em relação ao último ano, a arrecadação atingiu R$ 1,501 trilhão. O registro do dia 29 de maio representou uma alta anual de 19,1%. Nesta data, em 2023, o recolhimento de tributos no País era de R$ 1,26 trilhão.

O presidente-executivo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), João Eloi Olenike, afirma que há em curso uma tentativa de todas as esferas do poder público em aumentar a arrecadação. Nos últimos anos, por exemplo, os estados aumentaram sucessivamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Com justificativas diversas, como recomposição pela da redução do ICMS dos combustíveis ao final do governo Bolsonaro, a iniciativa dos estados, como Minas Gerais, é apontada por Olenike como um dos motivos que aumentaram a arrecadação de impostos no geral. "Só que a calibragem sempre é muito alta. Você vai aumentar a alíquota de todos os produtos para compensar alguns produtos que tiveram a desoneração", ressalta.

Busca por defícit zero pode aumentar a carga sobre o contribuinte

O presidente do IBPT, João Eloi Olenike, o crescimento econômico acima das expectativas como outro fator para a alta da arrecadação. E essa alta deve continuar ser buscada pela União para alcançar o déficit zero nas contas públicas. "O governo tem gastado muito, então precisa de arrecadação suficiente para poder cobrir os gastos e diminuir esse déficit enorme que estamos fazendo a partir do último governo", explica.

O economista e professor dos cursos de gestão do UniBH, Fernando Sette, afirma que a União pode conseguir aumentar a receita, sem necessariamente aumentar impostos. "O governo, para aumentar a arrecadação, pode melhorar a qualidade da base tributária. Ou seja, cobrar daquele que está sonegando imposto. Pode ser mais eficiente na forma de apurar a base tributária", aponta.

Outra forma de aumentar a receita é pela continuidade do crescimento econômico, também apontado por Sette como um dos fatores que aumentaram a arrecadação neste ano. "Se tem empresas aumentando sua receita, a atividade está melhorando, isso pode fazer com que a empresa também venha pagar mais tributo, porque está aumentando novamente a base tributária", explica.

O professor do UniBH ressaltou ainda que há uma realocação dos impostos no País, como foi percebido na desoneração da folha de pagamento e na taxação de compras no exterior até US$ 50, onde os tributos retirados em determinados setores são aplicados em outros. **(MAN)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

VR Mobilidade e Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 38.742.698/0001-93

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**40.190**	**11.408**	**Circulante**	**7.683**	**3.879**
Caixa e equivalente de caixa	5.413	7.718	Fornecedores	745	121
Clientes	33.520	1.213	Obrigações trabalhistas e tributárias	3.112	2.252
Impostos à recuperar	766	429	Empréstimos e financiamentos a pagar	352	439
Outros ativos	491	2.048	Outros passivos	3.474	1.067
Não Circulante	**5.865**	**4.353**	**Não Circulante**	**37.111**	**1.045**
Outras contas a receber	827	754	Empréstimos e financiamentos a pagar	619	1.045
Imobilizado	1.011	97	Créditos à pagar de empresas ligadas	36.492	–
Intangível	4.027	3.502	**Patrimônio Líquido**	**1.261**	**10.837**
			Capital social	12.200	12.200
			Reserva legal	146	146
			Outras reservas de lucros	771	771
			(-) Prejuízos acumulados	(11.856)	(2.280)
Total do Ativo	**46.055**	**15.761**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**46.055**	**15.761**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Outras reservas de lucro	Lucro (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**12.200**	**146**	**1.293**	**(522)**	**13.117**
Prejuizo liquido do exercício	–	–	–	(2.280)	(2.280)
Absorção de prejuizo	–	–	(522)	522	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.200**	**146**	**771**	**(2.280)**	**10.837**
Prejuízo líquido do exercício	–	–	–	(9.576)	(9.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**12.200**	**146**	**771**	**(11.856)**	**1.261**

Demonstração dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	**20.607**	**14.927**
(-) Custo dos serviços prestados	(14.848)	(8.232)
Resultado operacional bruto	**5.759**	**6.695**
Despesas gerais e administrativas	(14.339)	(10.017)
Resultado financeiro líquido	(996)	1.042
Resultado operacional	**(9.576)**	**(2.280)**
Prejuízo do exercício	**(9.576)**	**(2.280)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(9.576)	(2.280)
Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e amortizações	1.083	598
Receitas financeiras apropriadas	(74)	(67)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Redução (aumento) em clientes	(32.307)	(290)
Redução (aumento) em impostos a recuperar	(337)	(309)
Aumento (redução) em adiantamento a fornecedores	1.557	(1.105)
Aumento (redução) em fornecedores	624	(54)
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e tributárias	860	712
Aumento (redução) em outros passivos	2.407	322
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(35.763)**	**(2.473)**
Aquisição de imobilizado	(839)	(16)
Aquisição de intangível	(1.532)	(2.593)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(65.404)**	**(5.874)**
Variações em empréstimos e financiamentos	35.979	(220)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos:	**35.979**	**(220)**
Aumento (redução) do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(65.188)**	**(8.567)**
Caixa e Equivalentes de Caixa:		
No Início do Exercício	4.453	13.020
No Fim do Exercício	(60.735)	4.453

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional – A VR Mobilidade e Tecnologia S.A. é uma sociedade anônima por ações, de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 31/08/1990 e sediada na cidade de Nova Lima, Minas Gerais. A companhia atua no desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, cessão de direitos, locação, assessoria, consultoria, treinamento, suporte e manutenção de programas de computador, assessoria, consultoria na gestão de aquisição de benefícios de vale transporte, agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos, valores mobiliários e contratos, representação comercial e consultoria em gestão empresarial. A VR Mobilidade e Tecnologia S.A. é regida por seu Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
2. Políticas Contábeis – 2.1 Base de preparação das demonstrações: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), através das Normas Brasileiras de Contabilidade. A moeda funcional da Companhia é o real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.2 Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação. **b) Contas a receber e provisão para perda:** As contas a receber estão apresentadas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos de atualização monetária ou variação cambial, quando aplicável, e segregados entre curto e longo prazos de acordo com o vencimento. A administração reconhece a provisão para créditos de liquidação de duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. Dessa forma, a Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a duração do contrato, através de dados históricos e da segmentação dos recebíveis em grupos que apresentam o mesmo padrão. **c) Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **d) Imobilizado:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (impairment), quando aplicável, conforme CPC 27. **e) Intangível:** São representados pelos montantes pagos na aquisição do intangível, mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

3. Caixa e equivalente de caixa	2023	2022
Caixas e bancos	1.805	2.718
Aplicações financeiras	3.608	5.000
	5.413	**7.718**

4. Contas a receber de clientes	2023	2022
Contas a receber	33.741	1.553
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(221)	(340)
	33.520	**1.213**

5. Intangível	2023	2022
Licença de uso e software	147	130
Gastos de implantação de sistemas	5.629	4.113
Amortização acumulada	(1.749)	(741)
	4.027	**3.502**

6. Créditos à pagar de empresas ligadas – Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia registrou mútuo a pagar com a VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. (Controladora)., no valor de R$ 36.492 à taxa média 102% do Certificado de Depósito Interbancário.
7. Patrimônio líquido – O capital social em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R$ 12.200, representado por 266.845 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

8. Lucro bruto	2023	2022
Prestação de serviços	23.138	16.755
Impostos sobre serviços	(2.531)	(1.828)
Receitas líquidas	**20.607**	**14.927**
Custos gerais da prestação de serviços	(4.247)	(2.332)
Custos com pessoal ligado à prestação de serviços	(10.601)	(5.900)
Custos dos serviços prestados	**(14.848)**	**(8.232)**
Total	**5.759**	**6.695**

9. Despesas administrativas e gerais	2023	2022
Despesas com pessoal administrativo e comercial	(5.709)	(3.631)
Despesas com serviços contratados de terceiros	(4.551)	(3.445)
Despesas com aluguel e condomínio	(268)	(586)
Despesas com depreciação e amortização	(1.082)	(598)
Despesas gerais	(2.729)	(1.757)
	(14.339)	**(10.017)**

Diretoria
Ademar Ripke Junior – Contador CRC 1SP 217.934/O-2

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
SINDUSCON-MG - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Sinduscon-MG

Pelo presente Edital, ficam convocados os associados do Sinduscon-MG a se fazerem presentes à Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 11 (onze) de junho de 2024 (3ª feira), às 10h, em seu auditório à Rua Marília de Dirceu, 226 – 4º andar, Bairro de Lourdes - Belo Horizonte - MG, em primeira convocação, com maioria legal, ou em segunda convocação, com qualquer número de associados, no mesmo dia e local, às 10h30m, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia: 1) Exame, discussão e aprovação do balanço Patrimonial do exercício de 2023 e respectivo parecer do Conselho Fiscal. Ressalta-se a importância da presença de diretores das empresas associadas, ou de representantes devidamente credenciados. Belo Horizonte, 07 de junho de 2024. Renato Ferreira Machado Michel – Presidente.

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico n° 90003/2024 - SR/PF/MG

OBJETO: Republicação de edital que tem como objeto a contratação de serviços de fornecimento de vagas de estacionamento para guarda de veículos oficiais, a fim de atender às necessidades desta SR/PF/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em virtude do pregão eletrônico n° 90002/2024 – SR/PF/MG ter restado deserto.

EDITAL: a partir do dia 07/06/2024, através de "download" no site http://www.compras.gov.br.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 25 de junho de 2024 no site: http://www.compras.gov.br.

SR/PF/MG

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS INTEGRANTES DO PODER JUDICIÁRIO E DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA. – SICOOB JUS-MP.

CNPJ 03.519.240/0001-95 NIRE 31400039724

EDITAL DE 1a, 2a e 3a CONVOCAÇÃO DA 20a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito dos Integrantes do Poder Judiciário e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais LTDA. - SICOOB JUS-MP, com sede social na rua Timbiras, 2.928, 6o andar, Belo Horizonte-MG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os Delegados e Cooperados que integram o SICOOB JUS-MP, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA (AGE), que se realizará no Auditório da Associação dos Magistrados Mineiros (AMAGIS), situado nesta cidade, na Rua Albita, número 194, Bairro Cruzeiro, no dia 21 (vinte e um) de junho de 2024, sexta-feira, às 16h (dezesseis horas), em primeira convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Delegados Titulares; ou às 17h (dezessete horas), em segunda convocação, com a presença de metade mais um do número total de Delegados Titulares; ou ainda, às 18h (dezoito horas) em terceira e última convocação, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) Delegados Titulares, nos termos do artigo 45 c/c artigos 56 e 57 do Estatuto vigente, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: (1) Reforma do Estatuto Social da Cooperativa, com a apreciação da Proposta de Reforma Estatutária (ANEXO III) e de eventuais emendas apresentadas, nos termos do ANEXO I deste Edital; (2) Concessão de Autorização à COMISSÃO DE ADAPTAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E REGULAMENTO ELEITORAL DO SICOOB JUS-MP para realizar eventuais alterações no Estatuto em cumprimento a exigências do Banco Central do Brasil; (3) Aprovação do Regulamento da Reserva de Contingência para fazer face aos impactos da provisão de risco de crédito – Resoluções CMN no 4.966/2021 e BCB no 352/2023. NOTAS: (a) A Assembleia realizar-se-á em local diverso da sede social da Cooperativa, por absoluta falta de espaço físico; (b) Os cooperados poderão participar da Assembleia, contudo sem ter direito a voto; (c) Para efeito do quórum de instalação, a Cooperativa, nesta data, conta com 40 (quarenta) Delegados Titulares e 3 (três) Delegados Suplentes; (d) Os Delegados Suplentes presentes serão contabilizados, para fins de quórum, na proporção de Delegados Titulares faltantes da mesma seccional; (e) Os Delegados Suplentes presentes poderão votar na substituição de Delegados Titulares faltantes da mesma seccional, observada a ordem de votação; (f) A Assembleia Geral será realizada na modalidade semipresencial, podendo Delegados participarem por meio de videoconferência através de link a ser disponibilizado no site da Cooperativa; (g) Anexo ao presente Edital e disponível no site da Cooperativa, encontra-se também a Proposta de Reforma Estatutária (ANEXO III) e o Quadro Comparativo da Proposta e do Estatuto Atual (ANEXO II); (h) os anexos deste Estatuto encontram-se disponíveis também no link de compartilhamento a seguir: < https://bit.ly/anexoseditalage >. Belo Horizonte, 6 de junho de 2024.
Maria de Lurdes Rodrigues Santa Gema - Presidente do Conselho de Administração

BALDINI ALIMENTOS S.A.

CNPJ: 05.466.100/0001-21

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	143	435	Fornecedores	6.830	4.607
Contas a receber de clientes	8.210	6.263	Obrigações sociais e trabalhistas	5.282	3.558
Estoques	3.303	2.456	Obrigações fiscais	10.580	5.366
Adiantamentos	733	790	Empréstimos e financiamentos	3.849	4.239
Impostos a recuperar	420	220	Arrendamentos	603	479
Outros ativos circulantes	252	245	Dividendos a pagar	13	13
Total do ativo circulante	13.061	10.409	Total do passivo circulante	27.157	18.262
Não circulante			**Não circulante**		
Realizável a longo prazo			Obrigações fiscais	5.818	7.197
Depósitos judiciais	120	542	Empréstimos e financiamentos	4.591	5.806
Partes relacionadas	3.239	1.290	Arrendamentos	830	1.285
Outros ativos não circulantes	456	-	Provisão para riscos	127	222
	3.815	1.832	Total do passivo não circulante	11.366	14.510
Imobilizado	19.717	19.691	**Patrimônio líquido**		
Intangível	454	481	Capital social	1.020	1.020
Direito de uso	1.261	1.617	Reserva de lucros (prejuízos acumulados)	(1.235)	238
Total do ativo não circulante	25.247	23.621	Total do patrimônio líquido	(215)	1.258
Total do ativo	38.308	34.030	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	38.308	34.030

Demonstração das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.020	-	(652)	368
Lucro líquido do exercício	-	-	903	903
Consituição de reserva legal	-	12	(12)	-
Dividendos	-	-	(13)	(13)
Transferência entre reservas	-	226	(226)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.020	238	-	1.258
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	40	40
Saldos ajustados em 31 de dezembro de 2021	1.020	238	40	1.298
Prejuízo do exercício	-	-	(1.513)	(1.513)
Absorção de prejuízos com reservas de lucros	-	(238)	238	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.020	-	(1.235)	(215)

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2022	2021
Receita líquida de vendas	77.746	54.519
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(57.906)	(38.382)
Lucro bruto	19.840	16.137
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(2.894)	(2.873)
Despesas de vendas	(12.177)	(9.196)
Outras receitas (despesas), líquidas	(34)	(111)
Lucro antes do resultado financeiro	4.735	3.957
Receitas (despesas) financeiras		
Receitas financeiras	201	725
Despesas financeiras	(3.660)	(1.781)
Resultado financeiro, líquido	(3.459)	(1.056)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.276	2.901
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.789)	(1.998)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.513)	903
Resultado por ação (em R$)	(1,43)	0,89

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(1.513)	903
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(1.513)	903

DIRETORIA

Antônio Eustáquio Silveira
Diretor Presidente

CONTADOR RESPONSÁVEL

Adriana Neri Pires
Diretora Adm. Financeiro
CRC - MG 089.753/O

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.276	2.901
Ajustes de		
Depreciação e amortização	3.487	2.712
Constituição de provisões diversas, líquida	(102)	371
Constituição de provisões para riscos, líquida	(96)	14
Recuperação de créditos tributários	-	(653)
Resultado líquido da venda e baixa de imobilizado	27	117
Juros, atualização monetária e variação cambial não realizada	2.052	564
	6.644	6.026
Redução/(aumento) de ativos		
Contas a receber de clientes	(1.947)	(556)
Estoques	(752)	(1.498)
Adiantamentos	58	2.206
Impostos a recuperar	(216)	459
Depósitos judiciais	97	(24)
Outros ativos	(463)	(69)
Aumento/(redução) de passivos		
Fornecedores	2.457	156
Obrigações sociais e trabalhistas	1.724	13
Obrigações fiscais	1.811	642
Caixa gerado nas operações	9.413	7.355
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(569)	(706)
Juros de arrendamentos pagos	(180)	(213)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(883)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	8.664	5.553
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(3.573)	(7.300)
Aquisição de ativo intangível	-	(10)
Mútuos com partes relacionadas	(1.852)	(233)
Recebimento pela venda de imobilizado	605	1.272
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.820)	(6.271)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captações de empréstimos e financiamentos	2.665	2.744
Arrendamentos pagos	(521)	(426)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.400)	(3.090)
Pagamento de impostos parcelados	(1.880)	(944)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(4.136)	(1.716)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(292)	(2.434)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	435	2.869
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	143	435
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(292)	(2.434)